

Lula não precisa de vivandeiras

Os militares devem ficar unidos pela profissão

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encoberta"

Com oito anos de governo na biografia e tendo atravessado uma tentativa de golpe de Estado depois de sua eleição e mesmo depois da posse, Lula mostrou-se exemplar nas suas relações com os militares. Numa trapaceira da história, na volta, ele foi precedido por um ex-capitão que destruiu 30 anos de reconstrução das relações das Forças Armadas com a política. Se alguém quisesse inventar um personagem para fazer semelhante estrago pre-

cisaria de muita imaginação. O ex-capitão encheu o governo de oficiais, botou um general da inteligência no Ministério da Saúde, combateu a vacinação e exaltou a ciorquima. Pre-nunciando upscales, manipulou generais para desafiar o resultado eleitoral, fingindo que dividiram da lista das urnas eletrônicas. Associou a imagem de oficiais do Exército a garimpos ilegais. Tamo-nha foi a bagunça que em seu governo um ajudante de or-

dens tornou-se figura proeminente. Isso só aconteceu antes, em ponto muito menor, nos governos de João Goulart e João Baptista Figueiredo. A anarquia de Bolsonaro de semboço na armação mumbembe de um golpe de mão contra o resultado eleitoral e na vandalização das sedes dos três Poderes no 8 de janeiro. Felizmente, as investigações vêm dando nome aos bois. A redação imprecisa estabele-

cida por Lula precisa ser mantida e respeitada. Os militares devem ser mantidos unidos a partir de seu profissionalismo. Foi ele que bloqueou o golpe de Bolsonaro. Ao contrário do que achou o general Brugu Netto, candidato a vice na chapa do ex-capitão, um general que respeitava o resultado eleitoral não se transformou num pe-tista "desde criança". Por mais esforço que se faça, ninguém acredita que a maioria dos generais e coronéis votou em Lula. Felizmente, do

meio civil não saíram destacadas vivandeiras. Na noite do segundo turno, o presidente da Câmara, Arthur Lira, foi o primeiro a reconhecer o resultado eleitoral.

Não tendo havido vivandeiras relevantes de um lado, a exposição dos detalhes da trama de Bolsonaro não deve estimular o surgimento de vivandeiras com sinal trocado. As investigações sobre as tramas de Bolsonaro estão sendo conduzidas pela Polícia Federal, sob o olhar do ministro Alexandre de Moraes. Dessas duas fontes têm jorralado revelações, mas não vazam maledicências. E apenas disso que se precisa.

Essa característica, associada ao comportamento de Lula, garante a preservação da unidade das Forças Armadas. Quem pisou fora das quatro linhas da Constituição deverá

pagar, a partir das investigações e por decisão da Justiça. Fora daí, resta apenas o mando das fofocas e das punhaladas pelas costas. Foi a divisão militar da segunda metade do século 20 que ajudou a produzir 1964.

A articulação golpista de Bolsonaro era devir e se que-brou. Além dele, foram inexpressivos os civis que rondaram quartéis. Nisso, 2023 difere, para o bem, dos condados do século passado. Civis como Fernando Henrique Cardoso e Lula deram qualidade à relação da política com os militares. Veio um ex-capitão e quase pôs tudo a perder.

Em 1964, João Goulart acreditava estar amparado por um "dispositivo militar". Passado mais de meio século, Jair Bolsonaro falou no "meu Exército". Enganaram-se.

JOÃO GASPARI, Celso Rocha de Barros | SÍS. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TEX. Joel Pinheiro da Fonseca | GRA. Elio Gaspari | QUI. CONRADO H. MENDES | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÍS. Denémio Magnoli



O influenciador argentino Fernando Cerimedo, que fez lives com desinformação sobre as urnas em 2022. Reprodução YouTube

Ação da PF vê elo entre major, 'gênio' citado por Valdemar e argentino

Decisão de Moraes aponta que avanço das investigações demonstrou a instrumentalização do PL

Renata Gall

SÃO PAULO Uma das frentes da decisão em que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes autorizou busca e apreensão contra o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, cita as lives contra as urnas do influenciador argentino Fernando Cerimedo e Eder Balbino, sócio de uma empresa em Uberlândia que colaborou com a equipe contratada pela sigla para auditar o processo eleitoral.

A ordem de Moraes diz ainda que a investigação sinalizou a "existência de relação do major da reserva Angelo Martins Denicoli com Fernando Cerimedo, no sentido de disseminar desinformação sobre o sistema de votação brasileiro. Logo após a vitória de Lula (PT) contra Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições, Cerimedo passou a fazer lives e publicações que tiveram grande alcance alegando que as eleições brasileiras teriam sido fraudadas. Alguns dos principais argumentos de relatório do PL contestando parte das urnas usadas em 2022 tinham aparecido antes em su-

as transmissões. Além de Valdemar, também Balbino e Denicoli estavam entre os alvos de busca e apreensão autorizados por Moraes em operação de quinta (8). Eles são apontados como integrantes do núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral do suposto grupo criminoso investigado. A Folha procurou o diretório do PL, mas não houve resposta até a publicação desta reportagem. Denicoli disse que não gostaria de se pronunciar.

Em nota, Balbino afirmou que Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL), contratado pelo PL, procurou a empresa para usar seu sistema e que a Gaio não produziu relatórios com conclusões sobre as eleições. Ele diz ainda que nunca fez ou recebeu contato de Cerimedo.

Sobre a pasta do Google Drive em que seu usuário aparece como editor — e que pertencia ao influenciador argentino — ele afirma que o link foi enviado por Paulo Geus, que teria sido apresentado ao PL por Carlos Rocha como colaborador do instituto. "Devido a essa cópia de arquivo, meus dados não foram registrados como responsáveis pela últi-

ma modificação. Reforço que não editei conteúdo, não enviei arquivo e nem compartilhei o que estava nesta pasta com outras pessoas".

Todo o panorama exposto, segundo a Polícia Federal, aponta a ação coordenada dos integrantes do grupo criminoso para amplificação das falsas narrativas que construíram e replicavam acerca do sistema eleitoral brasileiro, estando ainda devidamente comprovada a relação mantida entre Fernando Cerimedo e Angelo Martins Denicoli e Eder Balbino, na dinâmica de divisão de tarefas fixada para aquela finalidade", afirma Moraes.

Como mostrou a Folha em dezembro de 2022, informações divulgadas por Cerimedo à época, em sua rede social, indicaram elo entre ele e a Gaio, empresa da qual Balbino é sócio e que colaborou com a equipe de auditoria do PL.

Três dos arquivos em uma pasta no Google Drive de Cerimedo tinham sido editados pela última vez por Balbino, em data anterior à sua ampla divulgação.

Além disso, um dos arquivos tinha como proprietário Angelo Denicoli, major da re-

serva que integrou o governo Bolsonaro, na pasta da Saide, e à época era assessor da presidência da Petrobras. Procurado no ocasião, Cerimedo disse à reportagem que não conhecia as pessoas citadas.

O despacho de Moraes cita post do cientista de dados Marcelo Oliveira, que identificou tais informações inicialmente, em seu perfil no antigo Twitter (atual X).

Segundo a decisão, a PF teria descoberto a partir de informações que surgiram nas redes sociais e foram posteriormente divulgadas pela imprensa que Eder Balbino "foi o responsável por subsidiar o 'estudo' apresentado por Fernando Cerimedo em sua live".

Diálogo que identificou-se que os "especialistas" contratados pelo Partido Liberal, supostamente independentes, possuíam na verdade vinculações "com Cerimedo e Denicoli".

APF apontou ainda conexão entre o ex-ajudante de ordens Mauro Cid e o então comentarista da Jovem Pan Paulo Figueiredo, em que este pediu o contato de Cerimedo ao então ajudante de ordens de Bolsonaro. Mauro Cid, então, conseguiu o contato do argen-

tino com Denicoli.

Denicoli volta a ser citado na decisão de Moraes em trecho em que ele afirma que Cid encaminhava para o contato do militar da reserva um link para uma reunião online em 12 de novembro.

A decisão, entretanto, não traz mais detalhes sobre outras evidências que demonstrariam contato entre Cerimedo, Balbino e Denicoli.

A decisão aponta ação coordenada dos investigados "na produção e difusão de 'estudos' que teriam identificado inconsistências nas urnas eletrônicas produzidas antes de 2020, fato que, inclusive, embasou representação eleitoral, capitaneada pelo presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, para anular os votos computados nas referidas urnas".

Em entrevista à imprensa, após apresentar ação contestando parte das urnas em novembro de 2022, Valdemar disse que o problema levantado pela sigla na representação foi descoberto por um "gênio de Uberlândia" — município onde a Gaio é, empresa da qual Balbino é sócio, tem um de seus núcleos.

Nesse ponto, a decisão cita trecho da investigação afirmando que isso "demonstra que o Partido Liberal, através de seu representante máximo, Valdemar Costa Neto, tinha plena ciência da interlocução e do alinhamento que os investigados desenvolveram na construção da narrativa de fraude às urnas eletrônicas", diz.

Sobre a menção a ele como "gênio de Uberlândia", reproduzida após fala de Valdemar, Balbino disse em nota que acredita que "essa tenha sido utilizada de forma incorreta pelo seu interlocutor, pois apenas operacionalizou o que era demandado pelo cliente Instituto Voto Legal".

De acordo com a decisão, a PF afirma que o avanço das investigações demonstrou a instrumentalização do PL para financiar a estrutura de apoio as narrativas que alegavam supostas fraudes às urnas eletrônicas, de modo a legitimar as manifestações que ocorriam em frente às instalações militares".

Em 2022, o PL pediu na ação a invalidação de votos depositados em urnas de modelos anteriores a 2020 e diz que, com isso, haveria uma vantagem a Jair Bolsonaro na contagem final. As alegações do partido foram rejeitadas por especialistas da área.

Além disso, apesar de a situação ser considerada problemática pelo partido ter ocorrido nos logs de ambos os lados, o PL pediu a invalidação apenas de votos do segundo turno.

O partido acabou multado pelo TSE em R\$ 22,9 milhões por "litigância de má-fé" no questionar o resultado eleitoral.

Alexandre de Moraes ministro do STF